



**RIO GRANDE DO NORTE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.saude.gov.br>

## EDITAL Nº 90103/2026

Processo nº 00610004.000047/2026-10

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90103/2026**

**OBJETO:** Trata-se de solicitação para abertura de procedimento licitatório, na modalidade **pregão eletrônico**, destinado à aquisição de Kits para CPU (Placa mãe, Memória, Fonte e SSD).

Tipo de disputa: **menor preço por item.**

### **IMPORTANTE:**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/06/2026.**

**HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 14:00horas.**

**LOCAL:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**CÓDIGO UASG: 925550**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília /DF.**

**PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: ATÉ DIA-23/JUNHO/2026.**

**Pregoeiro(a): CARLA JULIANA GOMES DE SOUZA**

Endereço: *Secretaria de Estado da Saúde Pública*

*Comissão Permanente de Licitação*

Email: [sesap.cpl@gmail.com](mailto:sesap.cpl@gmail.com)

WhatsApp: 84 3232-2671

CNPJ: 08.241.754/0001-45

ComprasNet: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.compras.rn.gov.br](http://www.compras.rn.gov.br)

A Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP, torna público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA – tipo MENOR PREÇO POR ITEM, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislação estadual aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DO OBJETO**

Trata-se de solicitação para abertura de procedimento licitatório, na modalidade **pregão eletrônico**, destinado à aquisição de Kits para CPU (Placa mãe, Memória, Fonte e SSD).

1.1. Havendo qualquer discordância na especificação entre o Edital e do Termo de Referência, prevalecerá a do Termo de Referência.

1.2. O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

### **2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- b) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

2.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.6. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

2.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

2.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.10. **Não poderão participar deste Pregão:**

- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, conforme justificativa acostada aos autos do processo administrativo.

### 3. DA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 3.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 3.3.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, salvo quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois da abertura das propostas de preços, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 3.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 3.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentados fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 3.7. **O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) ou impugnação(ões)** deverão ser encaminhados pelo **e-mail: sesap.cpl@gmail.com**.
- 3.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 3.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema em campo próprio e vincularão os participantes e a administração.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
  - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
  - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.5. De acordo com o art. 63, II, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), será exigida a apresentação dos documentos para habilitação apenas pelo licitante vencedor, tendo em vista que a fase de habilitação não antecede a de julgamento na presente licitação.
- 4.6. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- 4.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso*;
  - Fabricante;
  - Marca (Exceto quando se tratar de marca própria e exclusiva, situação em que a licitante deve expressar que se

trata de “marca própria e exclusiva”, evitando uma identificação antecipada);

- *Valor total do item;*
- *Valor unitário*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

5.3. A inconformidade das informações cadastradas com as das propostas poderá acarretar na desclassificação da empresa.

5.4. O preço deverá ser cotado em moeda corrente nacional com no máximo quatro casas decimais após a vírgula e estarem incluídas todas e quaisquer despesas, tais como: frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto.

5.5. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias), a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a licitante que se identificar durante o cadastro de proposta no sistema, conforme previsto no item do Preenchimento da Proposta.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. Durante a sessão de disputa, poderá ocorrer abertura de vários itens simultaneamente cabendo ao Licitante acompanhar atentamente as convocações do pregoeiro quanto as chamadas para os Itens.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **item**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).*

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

c) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

e) Não havendo **lance final e fechado** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar **um lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, o qual será **sigiloso** até o encerramento deste prazo;

f) Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante a fase aberta de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

6.16.1. Os licitantes não devem manter contato, seja por e-mail ou por telefone, durante a fase de lances com o pregoeiro ou membros da comissão para evitar identificação. Qualquer problemática deverá ser analisada em momento posterior à fase de lances.

6.16.2. Por impossibilidades do sistema, não é possível realizar a exclusão de lances durante a fase de prorrogação.

6.17. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços simbólicos ou irrisórios.

6.18. Durante o transcurso da sessão pública de lances, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. Também devem ser considerados os dispositivos previstos na LC nº 675/2020.

6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio automático do sistema entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



2. empresas brasileiras;
3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.31. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.34. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.35. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.36. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DO JULGAMENTO E HABILITAÇÃO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, de 24(vinte e quatro) horas e a ocorrência será registrada em ata;

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para, em prazo definido pelo mesmo, enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, através de comunicação via sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. O documento de proposta deverá:

- ser em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.11. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei nº 14.133/2021).

7.12. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.13. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.14. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.15. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta

classificada em primeiro lugar, a verificação do eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, tanto em relação à empresa como também em relação ao sócio majoritário, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.16. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.17. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.18. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.19. O (a) Pregoeiro (a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e/ou da documentação, podendo solicitar amostras dos materiais aos arrematantes, para realização de testes complementares necessários a verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, através do sistema, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado, contado da convocação. Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

7.20. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SESAP/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para verificar a aceitabilidade das propostas caso tenha alguma dúvida. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro **poderá**:

- solicitar complementação de informações, documentos e **ajustes na proposta escrita** para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- solicitar **ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços** para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração dos valores proposto;
- **sanar erros ou falhas** que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante **despacho fundamentado**, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- **realizar diligências** em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

7.21. **Na hipótese de serem solicitados**, documentos originais ou cópias autenticadas, a entrega deverá ser agendada, via chat, com o pregoeiro, respeitando o prazo máximo de 03 dias úteis para cumprimento da solicitação. Endereço para entrega: Secretaria de Estado da Saúde Pública Comissão Permanente de Licitação Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 730 – 9º andar, CEP: 59025-600 – Natal – RN CNPJ: 08.241.754/0001-45.

## 7.22. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.22.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou.

7.22.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

7.22.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

7.22.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

7.22.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

7.22.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou

7.22.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.22.8. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva

sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

## 7.23. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

7.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.23.2. Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social e Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal (de débitos relativos e à Dívida Ativa da União);

7.23.3. Certificado de Regularidade de Situação - CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

7.23.4. Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;

7.23.5. Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.6. Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;

7.23.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal (CIM), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.23.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº12. 440 de 07 de julho de 2011.

7.23.9. As microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas deverão apresentar toda a documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.23.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista **de microempresas ou empresas de pequeno porte**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.23.11. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.23.12. Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem o(s) documento(s) elencados neste item.

## 7.24. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.24.1. Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da licitante. Este Item se aplica às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Dec. Estadual 19.938/2007;

7.24.2. Apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social anterior, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei ou documentação equivalente, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7.24.3. De acordo com a Súmula 289 do TCU, a exigência de índices contábeis de liquidez deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. Logo, no presente certame, a comprovação da boa situação econômico-financeira da empresa será apurada pelo Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final maior ou igual a 1,0 (hum). (Fórmula de natureza técnica-contábil).

7.24.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo

Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante  
+Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo  
Circulante).

7.24.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

7.24.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.24.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

7.24.8. Com intuito de justificar a qualificação financeira exigida, destaca-se que a exigência de índices contábeis de liquidez deve conter parâmetros atualizados de mercado e atender à complexidade da obra ou serviço, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade, conforme Súmula 289 do TCU. Assim, a exigência dos índices contábeis, assim como dos demais documentos de qualificação financeira, foi incluída para garantir a participação de empresas que tenham capacidade de suportar os ônus inerentes à contratação e não fere o limite delineado pelo TCU, são índices padronizados e usuais nas análise contábeis, não restringindo a ampla concorrência.



## **8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.1. Conforme termo de referência.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso de forma fundamentada.

9.5.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.6.2. O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Na fase recursal, é assegurada aos interessados vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. É dever do licitante observar as formalidades relativas aos atos praticados no sistema eletrônico, conforme normas e orientações fornecidas pelo provedor do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

## **10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E RETORNO DA NEGOCIAÇÃO**

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;

10.1.3. Para continuidade de negociações pendentes;

10.1.4. Para realização de diligências.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.2. Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou seu não-comparecimento para assinatura do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, será convocado outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

12.3. O disposto no Item anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato, observadas as

ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis à licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame;

12.4. No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

### **13. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

13.1. Conforme termo de referência e minuta contratual (anexos ao edital).

### **14. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.1. Conforme termo de referência.

### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Conforme termo de referência.

### **16. DO REAJUSTE**

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

16.2. No caso de formalização de contrato:

16.2.1. os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

16.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se índices específicos ou setoriais em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2.3. Conforme processo 00610075.000868/2024-42, caso não seja indicado um índice no termo de referência que melhor esteja correlacionado com os custos do objeto contratual ou não haja algum índice de adoção consagrada para o objeto contratado, deve ser adotado o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

16.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.2.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **17. DO PAGAMENTO**

17.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

17.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

17.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

17.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

## 18. DA ENTREGA, DO RECEBIMENTO, DO PRAZO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Conforme termo de referência.

## 19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar;

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

19.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

19.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

19.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

19.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

19.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

19.22. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

19.22.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

19.22.2. pagamento da multa;

19.22.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

19.22.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

19.22.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES**

20.1. As obrigações da contratada e contratante encontram-se previstas no termo de referência.

## **21. DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1. A SESAP, na defesa do interesse do serviço Público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se ao direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação.

21.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos Princípios Gerais do Direito.

21.3. Na **contagem dos prazos** deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento.

21.4. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - Termo de Referência (Especificação do objeto) - 41628067;

- ANEXO II - Modelo de Proposta de preços;

- ANEXO III - Minuta de Contrato - 41492792;
- ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar - 41628024.

ANEXOS A MINUTA DE EDITAL

MODELO DE PROPOSTA

ITEM	Nº REGISTRO M.S.	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/FABRICANTE	DENOMIÇÃO COMERCIAL (Quando houver)	PREÇO UNIT.
	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$ _____ VALOR DO ICMS R\$ _____ ALÍQUOTA DO ICMS _____ PREÇO LIQUIDO DO ITEM R\$ _____						

O preço total da presente proposta é de R\$: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_). (Valor por extenso)

1. Declaramos que a validade desta proposta é de \_\_\_\_\_ dias a contar da data de sua entrega.
2. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
3. Informamos a conta bancária da empresa:
- Banco \_\_\_\_\_,
- Nº da conta: \_\_\_\_\_,
- Agência \_\_\_\_\_,
- Telefone para contato \_\_\_\_\_
- E-mail \_\_\_\_\_.

4. Estamos de acordo com todas as Cláusulas do edital.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura e carimbo

**Diretor ou representante legal - RG/CPF**

**(Esta proposta deverá ser encaminhada em documento timbrado da empresa)**



## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610004.000047/2026-10

### 1. OBJETIVO

Trata-se de solicitação para abertura de procedimento licitatório, na modalidade **pregão eletrônico**, destinado à aquisição de Kits para CPU (Placa mãe, Memória, Fonte e SSD).

### 2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN) enfrenta desafios relacionados à obsolescência e ao desgaste de componentes em computadores utilizados em suas atividades administrativas e operacionais. Essa situação compromete a eficiência dos serviços, essenciais para o atendimento à população e o suporte às unidades de saúde.

A aquisição de kits de CPU, compostos por placa-mãe, fonte de alimentação, processador, memória RAM e SSD, é uma solução estratégica para manutenção e atualização dos equipamentos existentes. Esses componentes permitirão recuperar máquinas que ainda podem ser utilizadas, evitando a necessidade de substituição integral.

Essa medida representa uma abordagem econômica e sustentável. Além de reduzir custos em comparação com a compra de novos computadores, promove a reutilização de equipamentos, diminuindo o impacto ambiental causado pelo descarte de materiais eletrônicos.

A atualização dos componentes também melhorará o desempenho dos computadores, garantindo maior agilidade no uso de sistemas e serviços essenciais. Dessa forma, a aquisição dos kits é imprescindível para assegurar a continuidade e qualidade das atividades da SESAP/RN, alinhando-se às necessidades institucionais e à melhoria dos serviços públicos prestados.

### 3. ESPECIFICAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CATMAT	QTD
01	<b>KIT PARA CPU</b> <b>PLACA MÃE</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- FREQUÊNCIA: 3.10GHZ;</li><li>- TURBO FREQUÊNCIA: 3.40GHZ;</li><li>- CACHE: 6M;</li><li>- DDR4 SDRAM 2.666 MHZ( ou superior);</li><li>- SLOTS DE EXPANSÃO: PCI EXPRESS;</li><li>- CAPACIDADE MÁXIMA SUPORTADA DA MEMÓRIA RAM: 16 GB;</li><li>- NO MÍNIMO 4 PORTAS USB, 2 USB 3.0 E AS OUTRAS USB 2.0;</li><li>- SAÍDA DE VÍDEO 1 HDMI, E 1 VGA OU DISPLAYPORT;</li><li>- ENTRADA DE REDE RJ45;</li><li>- ENTRADAS PARA MOUSE E TECLADO PS/2;</li><li>- JACKS DE ÁUDIO PARA MICROFONE, LINE-IN E LINE-OUT;</li><li>- INCLUSO COOLER PARA CPU;</li><li>- INCLUSO PROCESSADOR: EQUIVALÊNCIA MÍNIMA À I5 12ª GERAÇÃO, COM NO MÍNIMO 6 NÚCLEOS E 12 THREADS OU SUPERIOR; FREQUÊNCIA MÍNIMA : 3.50 GHZ OU SUPERIOR; GRÁFICOS INTEGRADOS;</li></ul> <b>PENTES DE MEMÓRIA DDR4</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- DDR4 SDRAM 2.666 MHZ(ou superior);</li><li>- 16GB DIVIDIDO EM 2 PENTES DE 8GB;</li><li>- COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE;</li></ul>		200 unidades

**FONTE ATX 24+4 PINOS**

- NO MÍNIMO 350W;
- BIVOLT;
- CERTIFICAÇÃO 80 PLUS BRONZE OU SUPERIOR
- COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE;

**SSD**

- NO MÍNIMO 240GB;
- COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE;
- VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: NO MÍNIMO 450 MB/S
- VELOCIDADE DE LEITURA: NO MÍNIMO 500 MB/S
- CERTIFICAÇÕES: FCC, KC, BSMI, VCCI, MOROCCO

Garantia 12 meses

**4. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**4.1** Os materiais objetos deste termo de referência deverão ser entregues em embalagens que os protejam de arranhões e amassados, e com todos os itens contidos nas especificações deste termo de referência, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, no nível central SESAP, Av. Deodoro da Fonseca, nº 730, 13º andar. Cidade Alta. CEP: 59.025-600. Natal-RN ;

**4.2** O prazo máximo de entrega do objeto desta licitação será de 20 (VINTE) dias úteis, contados da data do recebimento da nota de empenho, por meio de quem tenha poderes para tanto, da convocação expressa encaminhada pela CONTRATANTE juntamente com a nota de empenho;

**4.3** Até o terceiro dia útil anterior ao final do prazo estabelecido para a entrega, a CONTRATADA poderá solicitar a prorrogação do prazo por igual período definido no termo de referência, desde que justifique e comprove suas alegações. Suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento da comunicação à CONTRATADA acerca da decisão da CONTRATANTE de aceitar e acatar a nova data para a entrega. A comunicação será realizada pelo servidor nomeado da SESAP para recebimento e fiscalização do objeto.

**4.4** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) servidor nomeado da SESAP responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**4.5** Sendo que não satisfeitas às exigidas neste termo, será devolvido, todo ou em parte, devendo ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis corridos a partir da solicitação de substituição feita pelo servidor nomeado da SESAP para recebimento e fiscalização do objeto, cabendo o ônus do envio e devolução do mesmo, a licitante vencedora.

**4.6** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**4.6.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**4.7** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**5. PRAZOS DE GARANTIA DOS BENS**

**5.1** A garantia será de pelo menos 1 (um) ano a partir da entrega ou obedecida de acordo como pontuado na especificação de cada item;

**5.2 ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS (SLA)**

**5.2.1** Durante o período de garantia, a assistência técnica dos componentes fornecidos será prestada pelo fabricante ou por empresa por ele autorizada. Caso a licitante vencedora não possua sede ou representação técnica no Município de Natal/RN, deverá indicar empresa autorizada responsável pelo atendimento das demandas de garantia, a qual deverá possuir regular funcionamento e capacidade para execução dos serviços de assistência técnica.

**5.2.2** A licitante vencedora deverá informar, no ato da entrega dos materiais, os canais oficiais para abertura de chamados técnicos, tais como telefone, correio eletrônico (e-mail), portal de atendimento ou outro meio disponibilizado para comunicação entre a CONTRATANTE e a assistência técnica responsável.

**5.2.3** O prazo para atendimento inicial do chamado será de até 2 (dois) dias, contados da abertura da

solicitação pela CONTRATANTE por meio dos canais oficiais disponibilizados pela CONTRATADA.

**5.2.4** Quando necessário para diagnóstico da ocorrência, a assistência técnica poderá realizar análise técnica do componente defeituoso, observando os procedimentos definidos pelo fabricante ou pela rede autorizada, inclusive mediante recolhimento do componente para avaliação, sem ônus para a CONTRATANTE.

**5.2.5** O prazo para conclusão do atendimento será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da abertura do chamado técnico, devendo a CONTRATADA promover o reparo ou a substituição do componente defeituoso, quando aplicável, observadas as condições de garantia estabelecidas neste Termo de Referência.

**5.2.6** Quando o componente apresentar 3 (três) ocorrências para o mesmo defeito técnico durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição por outro novo, de mesma configuração técnica ou superior, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da conclusão da análise técnica que confirmar a recorrência do defeito.

**5.2.7** Todos os custos relacionados à assistência técnica, transporte, recolhimento, envio, reparo, substituição de componentes e demais procedimentos necessários ao cumprimento da garantia serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

## **6. DO PAGAMENTO**

**6.1.** Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados

**6.2.** Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

**6.3.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**6.4.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**6.5.** O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

**6.6.** O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:**

**7.1** Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;

**7.2** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação;

**7.3** Entregar os materiais, objeto da presente licitação, no endereço constante no item 4.1, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas (horário local) de segunda a sexta-feira;

**7.4** Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

**7.5** Responder por todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação bem como a mão-de-obra para a sua instalação) e não serão de responsabilidade da CONTRATANTE durante o período de garantia;

**7.6** Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:

**7.6.1** Catálogo original do equipamento;

**7.6.2** Manual de utilização / operação do equipamento em português;

**7.7** Substituir ou adequar o produto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da chegada do técnico ao local de instalação do equipamento, caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencida ou em

desacordo com as especificações do Edital;

**7.8** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

## **7.9 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**7.9.1** - A exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade:

*"As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic)ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado"*

Esclarecemos também que os equipamentos que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade, e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados em executar o contrato de forma eficiente evitando prejuízos ao erário.

**7.9.2** - Apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de atestado de CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação da quantidade fornecida, da qualidade do material, do atendimento, do cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento, acompanhados dos respectivos contratos de prestação dos serviços.

**7.9.3** - É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos e softwares aqui solicitados, independente da descrição da proposta do fornecedor, através de documentos que sejam de domínio público cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL, não sendo aceitas declarações do fabricante como comprovação das exigências

## **8. DEVERES DO CONTRATANTE**

### **INCUMBE AO CONTRATANTE:**

**8.1** Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a entrega e as obrigações da licitante vencedora, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de Servidor da SESAP;

**8.2** Efetuar o pagamento na forma convencionada nos termos deste Termo de Referência;

**8.3** Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;

**8.4** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Adjudicatária;

**8.5** Aplicar à Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais;

**8.6** Proceder a rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato;

**8.7** Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**8.8** O servidor nomeado da SESAP para recebimento e fiscalização do objeto, terá até 10 (Dez) dias úteis da data do recebimento do bem objeto deste processo licitatório para se manifestar, quanto a sua conformidade às especificações, registrando todos os fatos referentes ao controle de qualidade, tais como aprovações, rejeições, omissões, e demais ocorrências, se houver.

## **9. REAJUSTE**

**9.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis.

**9.2.** No caso de formalização de contrato:

**9.2.1** os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

**9.2.2** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.2.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.2.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença

correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**9.2.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**9.2.6** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**9.2.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.2.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

### **10.1 Designação da Fiscalização**

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela SESAP/RN, nos termos da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe(s) acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como adotar as providências necessárias à correta execução do objeto.

### **10.2 Atribuições da Fiscalização**

Compete à fiscalização:

I - acompanhar e verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;

II - conferir os quantitativos entregues e sua conformidade com a Nota de Empenho e demais documentos contratuais;

III - verificar a conformidade dos materiais com as especificações técnicas exigidas;

IV - avaliar a qualidade dos componentes fornecidos e sua compatibilidade com os requisitos definidos pela Administração;

V - registrar em processo administrativo próprio todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual;

VI - solicitar esclarecimentos e documentos complementares sempre que necessários;

VII - notificar a CONTRATADA acerca de falhas, defeitos, irregularidades ou descumprimentos contratuais;

VIII - acompanhar o cumprimento das obrigações de garantia e dos níveis mínimos de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência.

### **10.3 Recebimento dos Materiais**

O recebimento dos materiais observará os procedimentos previstos neste Termo de Referência, compreendendo as etapas de recebimento provisório e recebimento definitivo.

O recebimento provisório terá por finalidade a conferência quantitativa dos itens entregues e a verificação inicial das condições dos materiais.

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade técnica dos componentes, incluindo a análise das especificações, compatibilidade, integridade física e demais requisitos previstos neste Termo de Referência.

### **10.4 Controle da Garantia e dos Níveis de Serviço**

Durante o período de garantia, a fiscalização acompanhará os chamados técnicos registrados junto à CONTRATADA, monitorando o cumprimento dos prazos estabelecidos no Acordo de Níveis de Serviço (SLA).

Serão registrados, para fins de controle contratual:

I - data de abertura do chamado;

II - data do atendimento inicial;

III - data de conclusão do atendimento;

IV - descrição da ocorrência;

V - solução adotada;

VI - eventual substituição de componentes;

VII - reincidência de defeitos.

### **10.5 Registro de Ocorrências**

Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas pela fiscalização em documento próprio, contendo a descrição dos fatos, providências adotadas e manifestação da CONTRATADA, quando cabível.

As irregularidades identificadas serão formalmente comunicadas à CONTRATADA para adoção das medidas corretivas necessárias.

### **10.6 Aplicação de Medidas Administrativas**

O descumprimento das obrigações contratuais, dos prazos de entrega, dos prazos de garantia ou dos



níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### 10.7 Responsabilidade da Contratada

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer danos, defeitos, vícios, falhas ou irregularidades decorrentes do fornecimento dos materiais ou do cumprimento das obrigações de garantia.

## 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4** A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**11.5** A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta)

dias.

**11.6** A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.7** A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**11.8** A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

**11.9** As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

**11.10** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.11** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.12** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.13** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.14** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**11.15** Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**11.16** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;
- suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

**11.17** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**11.18** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.19** A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**11.20** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

**11.21** A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2011.

**11.22** É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- pagamento da multa;
- transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos

neste artigo.

**11.23** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **12.1 REQUISITOS TÉCNICOS**

a) Os kits para CPU deverão ser compostos por placa-mãe, processador, memória RAM, unidade de armazenamento SSD e fonte de alimentação, observadas as especificações mínimas constantes neste Termo de Referência.

b) Todos os componentes fornecidos deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior, não sendo admitidos produtos reconicionados, remanufaturados, usados ou fora de linha de fabricação.

c) Os componentes integrantes de cada kit deverão possuir plena compatibilidade entre si, garantindo seu funcionamento conjunto sem necessidade de adaptações, conversões ou aquisição de componentes adicionais.

d) Os kits deverão ser compatíveis com a infraestrutura computacional existente na SESAP/RN, possibilitando sua instalação nos gabinetes, monitores, periféricos e redes atualmente utilizados pela Administração.

e) Os componentes deverão permitir a utilização dos sistemas operacionais, aplicações corporativas e demais soluções tecnológicas utilizadas pela SESAP/RN, sem restrições decorrentes de incompatibilidade de hardware.

f) A comprovação do atendimento às especificações técnicas deverá ser realizada mediante apresentação de catálogos, manuais, fichas técnicas ou documentação oficial emitida pelo fabricante.

### **12.2 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento de equipamentos ou componentes de informática compatíveis com o objeto da contratação.

b) A licitante deverá apresentar documentação técnica oficial do fabricante que comprove o atendimento das especificações exigidas neste Termo de Referência.

### **12.3 REQUISITOS LEGAIS E REGULATÓRIOS**

a) A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na licitação.

b) A contratação observará integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e regulamentos internos da Administração.

### **12.4 REQUISITOS ECONÔMICO-FINANCEIROS**

a) A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento dos bens, incluindo transporte, tributos, seguros, encargos e demais despesas necessárias à execução contratual.

b) A contratação deverá observar critérios de economicidade e vantajosidade para a Administração, buscando a melhor relação custo-benefício.

### **12.5 REQUISITOS DE PRAZO**

a) Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

b) Os materiais entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos pela contratada nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

### **12.6 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

a) Os componentes deverão possuir vida útil compatível com sua finalidade e contribuir para a ampliação da vida útil dos equipamentos atualmente utilizados pela SESAP/RN.

b) A solução deverá priorizar o reaproveitamento do parque computacional existente, reduzindo a geração de resíduos eletrônicos e a necessidade de descarte prematuro de equipamentos.

c) A contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos na legislação vigente.

### **12.7 REQUISITOS DE SEGURANÇA**

a) Os componentes deverão atender aos padrões de qualidade e segurança aplicáveis aos equipamentos de informática comercializados no mercado nacional.

b) Os produtos fornecidos deverão possuir certificações e homologações compatíveis com sua categoria, quando exigidas pelo fabricante ou pela legislação aplicável.

### **12.8 REQUISITOS DE GARANTIA E SUPORTE**

a) Os kits deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.

b) Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela substituição de componentes defeituosos sem qualquer ônus para a Administração.

c) Todos os custos de transporte, peças, manutenção e mão de obra decorrentes da garantia serão de

responsabilidade exclusiva da contratada.

d) Os prazos de atendimento e solução deverão observar os níveis mínimos de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência.

## **12.9 REQUISITOS DE AVALIAÇÃO E ACEITAÇÃO**

a) Os materiais serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa por servidor designado pela SESAP/RN.

b) Será verificada a conformidade dos componentes com as especificações técnicas exigidas, bem como a compatibilidade entre os itens que compõem cada kit.

c) O recebimento definitivo ocorrerá somente após a verificação da conformidade técnica e da plena adequação dos produtos às exigências deste Termo de Referência.

## **12.10 CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, observadas todas as exigências técnicas e de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência.

# **13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **13.1 Forma de Execução**

A execução do objeto consistirá no fornecimento e entrega de kits para CPU, compostos por placa-mãe, processador, memória RAM, fonte de alimentação e unidade de armazenamento SSD, observadas as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação compreende exclusivamente o fornecimento dos componentes, não estando incluídos os serviços de instalação, montagem, configuração ou substituição dos componentes nos equipamentos da SESAP/RN, atividades que serão realizadas pela equipe técnica da própria Administração.

## **13.2 Entrega dos Materiais**

Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela CONTRATANTE, observados os prazos, condições e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Os kits deverão ser acompanhados da documentação técnica pertinente, manuais, certificados de garantia e demais documentos exigidos para comprovação do atendimento às especificações técnicas do objeto.

## **13.3 Recebimento e Aceitação**

Após a entrega, os materiais serão submetidos ao recebimento provisório e à análise técnica pela equipe da SESAP/RN.

A verificação compreenderá:

I - a conformidade dos componentes com as especificações técnicas exigidas;

II - a compatibilidade entre os componentes que integram cada kit;

III - a compatibilidade dos kits com os padrões tecnológicos atualmente utilizados pela SESAP/RN;

IV - a integridade física dos componentes entregues;

V - a apresentação da documentação técnica e dos certificados de garantia exigidos.

Constatada qualquer incompatibilidade, defeito, avaria ou desconformidade em relação às especificações estabelecidas, a CONTRATADA será notificada para adoção das providências cabíveis.

## **13.4 Garantia e Assistência Técnica**

Durante o período de garantia, a assistência técnica será prestada pelo fabricante ou por empresa por ele autorizada, observadas as condições estabelecidas no Acordo de Níveis de Serviço (SLA).

A CONTRATANTE poderá registrar chamados técnicos por meio dos canais disponibilizados pela CONTRATADA, tais como telefone, correio eletrônico, portal de atendimento ou outro meio oficialmente informado quando da entrega dos materiais.

O prazo para atendimento inicial do chamado será de até 2 (dois) dias, contados da abertura da solicitação pela CONTRATANTE.

Quando necessário, a empresa responsável pela assistência técnica poderá realizar inspeção ou análise técnica do componente defeituoso, observando os procedimentos definidos pelo fabricante ou pela rede autorizada.

O prazo para conclusão do atendimento, incluindo reparo ou substituição do componente defeituoso, será de até 5 (cinco) dias úteis, observadas as condições estabelecidas no SLA.

## **13.5 Substituição de Componentes Defeituosos**

Nos casos em que for constatado defeito de fabricação, falha de funcionamento ou incompatibilidade técnica coberta pela garantia, a CONTRATADA deverá promover o reparo ou a substituição do componente defeituoso dentro dos prazos previstos no Acordo de Níveis de Serviço (SLA).

Quando o componente apresentar 3 (três) ocorrências para o mesmo defeito técnico durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição por outro novo, de mesma configuração técnica ou superior, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

Todos os custos relacionados à assistência técnica, transporte, recolhimento, envio, substituição de componentes e demais procedimentos necessários ao cumprimento da garantia serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Administração.

### 13.6 Encerramento da Execução

A execução contratual será considerada concluída após a entrega definitiva dos materiais e o cumprimento integral das obrigações de garantia assumidas pela CONTRATADA, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## 14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas podem ser objetivamente definidos por meio das condições estabelecidas no Termo de Referência.

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, observados os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A escolha dessa modalidade e critério de julgamento fundamenta-se na natureza padronizada dos componentes que compõem os kits para CPU, os quais possuem especificações técnicas amplamente difundidas no mercado, permitindo a comparação objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

Poderão participar do certame empresas legalmente constituídas e que atuem em ramo compatível com o objeto da contratação, devendo comprovar o atendimento às condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica previstas na legislação e no Termo de Referência.

A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando experiência compatível com o fornecimento de equipamentos ou componentes de informática de características semelhantes ao objeto da contratação.

Para fins de avaliação técnica das propostas, os licitantes deverão apresentar documentação oficial do fabricante, tais como catálogos, manuais, fichas técnicas ou documentos equivalentes, que permitam comprovar o atendimento integral às especificações técnicas exigidas para os componentes ofertados.

Serão consideradas classificadas as propostas que atenderem integralmente às exigências técnicas estabelecidas no Termo de Referência e apresentarem preços compatíveis com os praticados no mercado, sendo declarada vencedora a proposta que, além de atender aos requisitos de habilitação e conformidade técnica, apresentar o menor preço para o item licitado.

A definição dos critérios de seleção adotados visa assegurar a contratação de solução tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e compatível com as necessidades da SESAP/RN, garantindo a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 15. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

A natureza dos objetos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto 1024, de 2019.

## 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: **24131** - Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte - FES-RN;

Fonte de Recursos: **0.5.00.000000** - Recursos não vinculados de impostos;

Classificação Funcional Programática: **10.126.0303.1242** - Modernização Administrativa, Gerencial e Tecnológica da SESAP

## 17. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo poderá ser encontrada pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## 18. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares ID 40506638, apêndice deste Termo de Referência, incluso nos autos deste processo.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 08241754000145-0-000001/2026

Data de publicação no PNCP: 25/07/2025

Id do item no PCA: 2592

O prazo de vigência do contrato estender-se-á até 31 de dezembro de 2026, contados da assinatura do instrumento contratual ou da emissão da ordem de fornecimento, observando-se o respectivo exercício financeiro.



A estimativa do valor da contratação foi devidamente elaborada com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, encontrando-se acompanhada dos preços unitários referenciais, memórias de cálculo, documentos comprobatórios e demais elementos que subsidiaram a formação do preço de referência da contratação.

Referidas informações constam em documentos específicos inseridos nos autos do processo administrativo, especialmente na pesquisa mercadológica e nos demonstrativos de formação de preços, permanecendo disponíveis para consulta pelos órgãos de controle interno e externo, autoridades competentes e demais agentes públicos legitimados.

Contudo, optou-se pela adoção do orçamento sigiloso, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de modo que a estimativa do valor da contratação não será divulgada aos licitantes e ao público antes do encerramento da fase de julgamento das propostas.

A medida visa preservar a competitividade do certame e estimular a apresentação de propostas mais vantajosas para a Administração, evitando que os licitantes utilizem o valor estimado como parâmetro para formação de preços próximos ao limite máximo aceitável pela Administração, circunstância que poderia comprometer a obtenção da proposta mais econômica.

Ressalta-se que a não divulgação da estimativa não prejudica a transparência do procedimento licitatório, uma vez que toda a documentação que fundamenta a formação do preço encontra-se regularmente juntada aos autos e poderá ser disponibilizada após a conclusão da fase de julgamento, observadas as disposições legais aplicáveis.

Dessa forma, a adoção do orçamento sigiloso busca assegurar maior eficiência na contratação, ampliar a competitividade entre os licitantes e favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **CHANDER DE OLIVEIRA PINHEIRO, Diretor de Tecnologia da Informação**, em 03/06/2026, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA VICTORIA ANDRADE DE OLIVEIRA, Chefe da Subunidade de Planejamento e Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 03/06/2026, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41628067** e o código CRC **9431E7B4**.



**RIO GRANDE DO NORTE**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE PÚBLICA – SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 730, - Bairro Centro, Natal/RN, CEP 59012-240  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.saude.gov.br

**MINUTA DE CONTRATO**

Processo nº 00610004.000047/2026-10

**\* MINUTA DE DOCUMENTO**

CONTRATO DE QUE CELEBRA O ESTADO DO RIO  
GRANDE DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA E A EMPRESA

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **Secretaria de Estado da Saúde Pública** – Órgão da Administração Direta, com sede à Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Centro - Natal/RN, CEP: 59.025-600, inscrita no CNPJ sob nº 08.241.754/0001-45, neste ato, representada por seu titular, Alexandre Motta Câmara, CPF nº 538.596.694-00, de agora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Estadual nº 675/2020, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), decreto 32.449/23 e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

- 1.1. Aquisição de Kits para CPU (Placa mãe, Memória, Fonte e SSD).  
1.2. Especificação do Objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CATMAT	QTD
01	<b>KIT PARA CPU</b> <b>PLACA MÃE</b> - FREQUÊNCIA: 3.10GHZ; - TURBO FREQUÊNCIA: 3.40GHZ; - CACHE: 6M; - DDR4 SDRAM 2.666 MHZ( ou superior); - SLOTS DE EXPANSÃO: PCI EXPRESS; - CAPACIDADE MÁXIMA SUPOSTADA DA MEMÓRIA RAM: 16 GB; - NO MÍNIMO 4 PORTAS USB, 2 USB 3.0 E AS OUTRAS USB 2.0; - SAÍDA DE VÍDEO 1 HDMI, E 1 VGA OU DISPLAYPORT; - ENTRADA DE REDE RJ45; - ENTRADAS PARA MOUSE E TECLADO PS/2; - JACKS DE ÁUDIO PARA MICROFONE, LINE-IN E LINE-OUT; - INCLUSO COOLER PARA CPU; - INCLUSO PROCESSADOR: EQUIVALÊNCIA MÍNIMA À I5 12º GERAÇÃO, COM NO MÍNIMO 6 NÚCLEOS E 12 THREADS OU SUPERIOR; FREQUÊNCIA MÍNIMA : 3.50 GHZ OU SUPERIOR; GRÁFICOS INTEGRADOS;  <b>PENTES DE MEMÓRIA DDR4</b> - DDR4 SDRAM 2.666 MHZ(ou superior); - 16GB DIVIDIDO EM 2 PENTES DE 8GB; - COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE;		200 unidade

- NO MÍNIMO 350W;
- BIVOLT;
- CERTIFICAÇÃO 80 PLUS BRONZE OU SUPERIOR
- COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE;

- NO MÍNIMO 240GB;
- COMPATÍVEL COM A PLACA MÃE;
- VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: NO MÍNIMO 450 MB/S
- VELOCIDADE DE LEITURA: NO MÍNIMO 500 MB/S
- CERTIFICAÇÕES: FCC, KC, BSMI, VCCI, MOROCCO

SEI 00610004.000047/2026-10 / pg. 26

execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, a ser informado a época da formalização da contratação.

5.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO**

6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR**

7.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados

8.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em:

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

8.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.5. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

8.6. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

## **9. CLÁUSULA NONA - REAJUSTE**

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a entrega e as obrigações da contratada, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de Servidor da SESAP;
- 10.2. Efetuar o pagamento na forma convencionada nos termos do Termo de Referência;
- 10.3. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a contratada;
- 10.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Adjudicatária;
- 10.5. Aplicar à Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais;
- 10.6. Proceder a rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato;
- 10.7. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 10.8. O servidor nomeado da SESAP para recebimento e fiscalização do objeto, terá até 10 (Dez) dias úteis da data do recebimento do bem objeto deste processo licitatório para se manifestar, quanto a sua conformidade às especificações, registrando todos os fatos referentes ao controle de qualidade, tais como aprovações, rejeições, omissões, e demais ocorrências, se houver.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1. Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso e estar na linha de produção atual do fabricante;
- 11.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação;
- 11.3. Entregar os materiais, objeto, no endereço constante no item 4.1, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas (horário local) de segunda a sexta-feira;
- 11.4. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.
- 11.5. Responder por todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação bem como a mão-de-obra para a sua instalação) e não serão de responsabilidade da CONTRATANTE durante o período de garantia;
- 11.6. Fornecer, na entrega do material, os itens abaixo:
  - 11.6.1. Catálogo original do equipamento;
  - 11.6.2. Manual de utilização / operação do equipamento em português;
- 11.7. Substituir ou adequar o produto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da chegada do técnico ao local de instalação do equipamento, caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencida ou em desacordo com as especificações do Edital;
- 11.8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos materiais até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

### **11.9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 11.9.1. A exigência de qualificação técnica foi determinada com base nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Eis o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b) sobre a razoabilidade:

*"As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarticuladas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado"*

Esclarecemos também que os equipamentos que fazem parte do objeto desta licitação são bens públicos e que por isso, são de interesse de toda a sociedade e em função da alta monta de valor cabe a Administração Pública exigir cuidados e fazer sua parte para garantir a capacidade técnica dos interessados em executar o contrato de forma eficiente evitando prejuízos ao erário.

- 11.9.2. Apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de atestado de CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa física de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação da quantidade fornecida, da qualidade do material, do atendimento, do cumprimento dos prazos e demais condições do fornecimento, acompanhados dos respectivos contratos de prestação dos serviços.

- 11.9.3. É obrigatória a comprovação técnica de todas as características exigidas para os equipamentos e softwares aqui solicitados, independente da descrição da proposta do fornecedor, através de documentos que sejam de domínio público cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de



especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL, não sendo aceitas declarações do fabricante como comprovação das exigências

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela natureza do objeto e nas condições de execução previstas.

Trata-se de fornecimento de bens, em parcela única, sem caráter continuado, cujo pagamento está condicionado à efetiva entrega e ao aceite definitivo dos itens pela Administração. Dessa forma, o risco contratual é reduzido, uma vez que a Administração somente realizará o pagamento após a verificação do cumprimento integral das obrigações por parte da contratada.

Adicionalmente, a exigência de garantia contratual, nesse contexto, poderia representar custo adicional ao fornecedor, com possível impacto no valor das propostas, sem que haja benefício proporcional para a mitigação de riscos, considerando a baixa complexidade e a curta duração da execução contratual.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5. A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,5% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 60 (sessenta) dias.

13.6. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.7. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.8. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

13.9. As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.15. Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.16. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 11.4;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

13.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.19. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

13.20. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste contrato.

13.21. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.22. É admitida a reabilitação da Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.23. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de

abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação da Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133.21.

14.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da [Lei nº 14.133, de 01 de abril 2021](#).

14.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 da [Lei nº 14.133, de 01 de abril 2021](#)).

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

14.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.

14.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: **24131** - Fundo Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte - FES-RN;

15.1.2. Fonte de Recursos: **0.5.00.000000** - Recursos não vinculados de impostos;

15.1.3. Programa de Trabalho: **10.126.0303.1242** - Modernização Administrativa, Gerencial e Tecnológica da SESAP

15.1.4. Elemento de Despesa:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo [Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023](#) e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO**

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal/RN, [data no rodapé com assinatura eletrônica].

(assinado eletronicamente)  
**Alexandre Motta Camara**  
Secretário de Estado da Saúde Pública do RN

(assinado eletronicamente)

**Pela Contratada**



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUCAS TEIXEIRA DE ARAUJO**, Assistente Técnico em Saúde, em 20/05/2026, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41492792** e o código CRC **47ED6BA7**.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00610004.000047/2026-10

## 1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda ID 38623524, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição de componentes de informática para reparo e modernização de computadores, descrevendo as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao Termo de Referência.

## 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN) depende de uma infraestrutura tecnológica funcional para operar sistemas essenciais de saúde, realizar atividades administrativas e garantir a continuidade dos serviços públicos. Grande parte dos computadores utilizados encontra-se com componentes obsoletos ou danificados, comprometendo o desempenho e a eficiência das equipes.

A Unidade de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (UGTSIC), responsável pela gestão e manutenção do parque tecnológico da SESAP/RN, realiza anualmente a aquisição de kits de CPU, compostos por placa-mãe, fonte, processador, memória RAM e SSD. Essa aquisição programada é essencial para garantir a manutenção contínua e o planejamento das atualizações tecnológicas, permitindo a recuperação de máquinas e prolongando sua vida útil ao longo do ano.

A realização dessa compra anual visa atender à demanda recorrente por substituição de componentes, assegurando a funcionalidade e o desempenho adequado dos computadores utilizados nas diversas unidades. Além disso, essa abordagem possibilita a otimização dos recursos públicos, ao evitar a aquisição de novos equipamentos completos, e promove práticas sustentáveis, reduzindo o descarte de resíduos eletrônicos.

Dessa forma, a aquisição anual dos kits de CPU sob gestão da UGTSIC é indispensável para manter o serviço de manutenção de computadores realizado por esta unidade que mantém a infraestrutura tecnológica da SESAP/RN atualizada e em pleno funcionamento, garantindo eficiência operacional e qualidade nos serviços prestados à população.

## 3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

A contratação referente ao **item 2592 do Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026**, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas ([PCA SESAP 2026](#)), está devidamente prevista no documento publicado. O referido item contempla a prestação do serviço especificado, com justificativa alinhada às necessidades estratégicas da instituição e previsão de execução dentro do período planejado para o exercício de 2026, conforme descrito no plano.

## 4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

### REQUISITOS TÉCNICOS

Os kits para CPU deverão ser compostos por placa-mãe, processador, memória RAM, unidade de armazenamento SSD e fonte de alimentação, observadas as especificações mínimas definidas no Termo de Referência.

Os componentes que integram cada kit deverão possuir plena compatibilidade entre si, garantindo seu funcionamento conjunto sem a necessidade de adaptações, conversões ou aquisição de componentes adicionais para sua instalação e operação.

A placa-mãe deverá ser compatível com o processador, memória RAM e unidade de armazenamento fornecidos no kit, suportando integralmente os recursos e capacidades especificados para cada componente.

Os kits deverão apresentar compatibilidade técnica com o parque computacional remanescente da SESAP/RN, possibilitando sua instalação em gabinetes, monitores, periféricos e infraestrutura atualmente existentes, preservando a continuidade operacional dos equipamentos recuperados.

Os componentes fornecidos deverão permitir a utilização dos sistemas operacionais, aplicações corporativas e demais soluções tecnológicas utilizadas pela SESAP/RN, sem restrições de funcionamento decorrentes de incompatibilidade de hardware.

Os equipamentos deverão possuir interfaces e padrões amplamente adotados pelo mercado, assegurando interoperabilidade com dispositivos e acessórios atualmente utilizados pela Administração, tais como monitores,

teclados, mouse, rede de dados e demais periféricos compatíveis.

Todos os componentes deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior, não sendo admitidos produtos reconicionados, remanufaturados, usados ou fora de linha de fabricação.

Os componentes deverão possuir qualidade e desempenho compatíveis com sua finalidade, assegurando estabilidade operacional, confiabilidade e vida útil adequada para utilização nas atividades administrativas e operacionais da SESAP/RN.

A comprovação do atendimento às especificações técnicas e aos requisitos de compatibilidade poderá ser realizada mediante apresentação de catálogos, manuais, fichas técnicas ou documentação oficial emitida pelo fabricante.

**REQUISITOS OPERACIONAIS**

Entrega dos itens em perfeitas condições de funcionamento;

Substituição de itens com defeito durante o período de garantia;

Fornecimento de documentação técnica e garantia.

Os kits deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

Todos os custos de manutenção, substituição de peças e mão de obra durante o período de garantia serão de responsabilidade da contratada.

**REQUISITOS LEGAIS**

Atendimento às normas da legislação de licitações e contratos administrativos;

Cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

**REQUISITOS ECONÔMICOS**

Apresentação de proposta que assegure a melhor relação custo-benefício para a Administração.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

O critério de julgamento a ser adotado será menor preço por item.

**REQUISITOS DE ENTREGA E ACEITAÇÃO**

O prazo máximo para entrega dos materiais será de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

Os kits deverão ser entregues no nível central da SESAP/RN, devidamente embalados, sem ônus adicional para a contratante.

Os bens serão recebidos provisoriamente para conferência e, após verificação de conformidade técnica e quantitativa.

Materiais em desacordo com as especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem custos adicionais, nos prazos definidos.

**REQUISITOS ADMINISTRATIVOS**

A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

Para fins de pagamento, deverão ser apresentadas as certidões de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e do FGTS, conforme legislação vigente.

É vedado qualquer pagamento antecipado, sendo os pagamentos efetuados após o atesto do fornecimento.

**REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A licitante deverá comprovar aptidão técnica para fornecimento de objeto compatível com o da contratação, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

O atestado deverá demonstrar experiência compatível quanto à quantidade, qualidade, prazos e condições de fornecimento.

**GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pela natureza do objeto e nas condições de execução previstas.

Trata-se de fornecimento de bens, em parcela única, sem caráter continuado, cujo pagamento está condicionado à efetiva entrega e ao aceite definitivo dos itens pela Administração. Dessa forma, o risco contratual é reduzido, uma vez que a Administração somente realizará o pagamento após a verificação do cumprimento integral das obrigações por parte da contratada.

Adicionalmente, a exigência de garantia contratual, nesse contexto, poderia representar custo adicional ao fornecedor, com possível impacto no valor das propostas, sem que haja benefício proporcional para a mitigação de riscos, considerando a baixa complexidade e a curta duração da execução contratual.

**5. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE

1	Kit para CPU	200
---	--------------	-----

A estimativa da quantidade a ser contratada, fixada em 200 (duzentos) kits de CPU, foi definida com base em dados históricos de demandas de manutenção registradas no âmbito da Secretaria.

Para tanto, utilizou-se como referência a base de ordens de serviço provenientes do sistema SARP, abrangendo o período de maio de 2025 a abril de 2026, relativas às 47 unidades que compõem a rede da SESAP. Nesse intervalo, foram registradas 960 ordens de serviço para manutenção de equipamentos de TI, das quais 518 correspondem especificamente a computadores.

Dentre essas demandas, verificou-se que aproximadamente 50% dos casos requerem reposição de peças e componentes para viabilizar o reparo dos equipamentos, enquanto os demais são solucionados por meio de intervenções menos complexas, como limpeza, formatação ou ajustes de software.

Com base nesses dados, estima-se uma necessidade aproximada de 259 intervenções com substituição de componentes ao longo de um ano. Contudo, considerando critérios de planejamento, disponibilidade orçamentária, estoque de segurança e priorização das demandas mais críticas, definiu-se a contratação de 200 kits, quantitativo considerado adequado para atendimento da maior parte das necessidades de manutenção, sem gerar excessos ou imobilização desnecessária de recursos.

### 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado para atendimento da necessidade identificada considerou as principais soluções disponíveis no mercado para manutenção e atualização do parque computacional da SESAP/RN, contemplando aspectos técnicos, econômicos e operacionais.

Como primeira alternativa, foi avaliada a aquisição de computadores novos para substituição integral dos equipamentos atualmente utilizados. Embora essa solução possibilite a renovação completa do parque tecnológico, verificou-se que seu custo é significativamente superior ao da atualização dos equipamentos existentes por meio da substituição de componentes. Além disso, grande parte dos computadores atualmente em operação possui estrutura física e periféricos em condições adequadas de uso, demandando apenas a atualização de componentes internos para recuperação de desempenho e prolongamento da vida útil.

Também foi analisada a possibilidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças. Entretanto, a SESAP/RN já dispõe de contrato vigente para prestação de serviços técnicos de Tecnologia da Informação, contemplando atividades de suporte técnico e manutenção de equipamentos. Dessa forma, a contratação de solução adicional com fornecimento conjunto de mão de obra e peças resultaria em sobreposição contratual, aumento dos custos administrativos e possível duplicidade de despesas para atendimento da mesma finalidade.

Outra alternativa considerada foi a locação dos componentes necessários à manutenção dos equipamentos. Contudo, tal solução não se mostrou adequada, uma vez que os componentes de informática são incorporados de forma permanente aos computadores após a manutenção, não sendo passíveis de devolução ao fornecedor ao término da contratação. Além disso, o mercado não adota de forma ampla a locação individualizada de componentes como placas-mãe, memórias, fontes de alimentação e SSDs para esse tipo de finalidade.

Por fim, foi avaliada a aquisição direta de kits para CPU compostos por placa-mãe, processador, memória RAM, SSD e fonte de alimentação. O levantamento identificou ampla disponibilidade desses componentes no mercado nacional, fornecidos por diversos fabricantes e distribuidores especializados, com especificações padronizadas, ampla concorrência e facilidade de reposição.

Sob o aspecto econômico, a aquisição dos kits apresenta melhor relação custo-benefício quando comparada à substituição integral dos equipamentos, permitindo recuperar computadores que ainda possuem condições adequadas de utilização mediante a substituição de componentes críticos. A solução também proporciona economia de recursos públicos ao aproveitar a infraestrutura já existente, reduzindo a necessidade de aquisição de novos equipamentos completos.

Adicionalmente, a análise das contratações anteriores realizadas pela SESAP/RN e da pesquisa mercadológica atual demonstrou variação nos preços dos componentes de informática, especialmente memórias RAM e unidades de armazenamento SSD, em razão do aumento da demanda global por infraestrutura tecnológica, expansão de data centers, computação em nuvem e soluções baseadas em inteligência artificial. Ainda assim, a aquisição dos kits permanece economicamente mais vantajosa que a substituição integral dos equipamentos.

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a aquisição direta dos kits para CPU representa a solução tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração, por possibilitar a recuperação do parque computacional existente, evitar sobreposição contratual, promover maior celeridade na manutenção dos equipamentos e assegurar o uso eficiente dos recursos públicos.

### 7. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	KIT PARA CPU	200	R\$ <b>3.662,3100</b>	R\$ <b>732.462,00</b>
TOTAL				R\$ <b>732.462,00</b>

O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada em sites de vendas especializadas no fornecimento de componentes de informática, considerando fornecedores reconhecidos no mercado. Foram analisados os valores praticados para itens com especificações técnicas equivalentes às pretendidas, buscando refletir preços atualizados e compatíveis com a realidade de mercado.

Adicionalmente, foram considerados os valores praticados em contratações anteriores realizadas por esta Secretaria para o mesmo objeto, através dos processos nº 00610004.000170/2023-80, 00610004.000210/2022-11, possibilitando uma análise comparativa e a verificação da compatibilidade dos preços ao longo do tempo.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a futura contratação consiste na aquisição de kits para CPU, compostos por fonte de alimentação, placa-mãe, SSD, processador e memórias, devidamente compatíveis entre si, com o objetivo de viabilizar a substituição e recuperação de equipamentos atualmente utilizados pela Secretaria. Trata-se de solução tecnicamente adequada, uma vez que os componentes serão utilizados de forma integrada, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos e a padronização do parque computacional.

Sob o aspecto técnico, a especificação dos itens observará critérios de desempenho, compatibilidade e confiabilidade, de modo a assegurar que os componentes atendam às necessidades operacionais da Secretaria. No aspecto operacional, a aquisição permitirá maior agilidade na manutenção dos equipamentos, reduzindo o tempo de indisponibilidade e ampliando a vida útil dos ativos. Do ponto de vista legal, a contratação observará os ditames da Lei nº 14.133/2021, garantindo isonomia, seleção da proposta mais vantajosa e adequada formalização contratual. Já sob o aspecto econômico, a medida se mostra mais vantajosa do que a aquisição de novos equipamentos completos, promovendo economia de recursos públicos por meio do reaproveitamento de estruturas existentes.

Quanto ao fluxo de recebimento, conferência, fiscalização e eventual substituição dos itens, este será realizado da seguinte forma: após a entrega, os kits serão recebidos provisoriamente pela unidade responsável, com a verificação quantitativa e análise inicial das condições dos produtos. Em seguida, será realizada a conferência técnica detalhada, a fim de verificar a conformidade com as especificações exigidas no termo de referência.

A fiscalização contratual será exercida por servidor designado, que acompanhará a execução do contrato, registrando eventuais ocorrências e assegurando o cumprimento das obrigações pactuadas. No que se refere à garantia, a contratada deverá assegurar a substituição de componentes defeituosos ou em desacordo com as especificações, sem ônus adicional para a Administração, dentro do prazo estabelecido em contrato. Nesses casos, será formalizada a solicitação de substituição, devendo a empresa proceder à troca em prazo compatível com a necessidade do serviço, evitando prejuízos às atividades da Secretaria.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se o não parcelamento do item 1 porque o objeto se trata de compras, neste pórtico, se enquadra no **Art. 40, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), expresso no § 3º " O parcelamento não será adotado quando: II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; "**. No presente caso, os componentes que integram o kit são tecnicamente interdependentes e devem operar de forma conjunta e compatível, constituindo um sistema único e integrado. A aquisição de tais itens de forma parcelada, com possíveis fornecedores distintos, pode acarretar incompatibilidades entre os componentes, comprometendo o funcionamento adequado dos equipamentos, além de dificultar a padronização, a montagem e a manutenção.. O parcelamento poderia resultar em riscos ao desempenho, à estabilidade e à integridade do conjunto, bem como em eventuais prejuízos operacionais e administrativos.

10. ANÁLISE DE RISCOS

Os riscos relativos à contratação e à gestão do contrato, incluindo as ações para mitigar os riscos identificados, seguem em planilha:

IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS À CONTRATAÇÃO						
Se (causa)	Riscos identificados	Então (consequência)	Probabilidade	Impacto	Medida do risco	Controle do risco
- Pesquisa mercadológica com preço abaixo dos praticados no mercado	- Fracasso do pregão	- Necessidade de realizar novo procedimento licitatório.	2	2	Médio Risco	- Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação detalhando minuciosamente as características do objeto da contratação.
- Atraso na tramitação do processo	- Conclusão do processo licitatório após data prevista	-Atraso no atendimento da demanda	3	2	Alto risco	- Realizar de modo eficiente o acompanhamento do processo.



-Impugnações ou interposição de recurso	- Atraso no processo de contratação.	-Atraso no atendimento da demanda	4	2	Alto risco	- Empenhar-se no atendimento aos pedidos de esclarecimento buscando nos repositórios legais e jurisprudenciais os elementos de sustentação das opções adotadas para a contratação. Melhor descrição e forma de execução do serviço a ser contratado.
- Contingenciamento orçamentário	- Não conclusão do processo licitatório	- Não atendimento da necessidade da contratação.	3	2	Alto risco	- Verificar outras possibilidades de orçamento para realizar a contratação.
- Objeto de contratação mal dimensionado.	- Contratação além do necessário. - Contratação inferior as necessidades.	-Se contratar além, pagamento de técnico ociosos causando prejuízo orçamentário para Administração - Se contratar inferior as necessidades, realizar novo processo de contratação para atender a demanda.	1	4	Médio Risco	Realizar estudo sobre as necessidade das unidades que auxilie na elaboração dos documentos do planejamento e quantitativo necessário.

Legenda:

ITEM	DESCRIÇÃO
Probabilidade	Probabilidade de o evento de risco ocorrer. Preencher com: 1) Baixa; 2) Média; 3) Alta; 4) Muito Alta
Impacto	Impacto causado no resultado pretendido, caso o evento de risco ocorra (se materialize). Preencher com: 1) Baixa; 2) Média; 3) Alta; 4) Muito Alta.
Medida do risco	Resultado da multiplicação entre o impacto e a probabilidade de ocorrência do risco. Preencher com: Resultado de 1 a 3 – Baixo risco; Resultado de 4 a 5 – Médio risco; Resultado de 6 a 9 – Alto risco; Resultado de 10 a 16 – Altíssimo risco
Controle do risco	Descrever o tratamento (a ação) usado (a) para mitigar/eliminar/evitar o risco identificado.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A presente contratação tem como objetivo assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais da SESAP/RN mediante a recuperação e modernização de equipamentos de informática atualmente em uso, promovendo maior eficiência na utilização dos recursos tecnológicos disponíveis.

Os resultados pretendidos estão relacionados à economicidade, à ampliação da vida útil dos equipamentos, à redução da indisponibilidade dos ativos de informática e ao melhor aproveitamento dos recursos materiais, humanos e financeiros da Administração.

Para fins de acompanhamento e avaliação da efetividade da contratação, serão observados os seguintes indicadores:

I - Recuperação de equipamentos: percentual de computadores recuperados mediante substituição de componentes em relação ao total de equipamentos encaminhados para manutenção;

II - Ampliação da vida útil dos ativos: aumento do número de equipamentos mantidos em operação sem necessidade de substituição integral por novos computadores;

III - Redução do tempo de indisponibilidade: diminuição do tempo médio necessário para restabelecimento dos equipamentos que apresentarem defeitos relacionados aos componentes objeto da contratação;

IV - Economicidade da contratação: comparação entre os custos decorrentes da recuperação dos equipamentos por meio da substituição dos componentes e os custos estimados para aquisição de novos computadores com características equivalentes;

V - Otimização dos recursos públicos: aproveitamento da infraestrutura computacional existente, reduzindo a necessidade de descarte prematuro de equipamentos e minimizando gastos com renovação integral do parque tecnológico;

VI - Sustentabilidade e redução de resíduos eletrônicos: diminuição da quantidade de equipamentos destinados à alienação ou descarte em razão da recuperação de ativos considerados tecnicamente viáveis.

Os resultados serão acompanhados por meio dos registros de manutenção realizados pela Unidade de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - UGTSIC, das informações constantes no sistema de gerenciamento de chamados e dos relatórios anuais de gestão elaborados pela Secretaria.

Espera-se, ao final da execução contratual, ampliar o percentual de equipamentos recuperados, reduzir a necessidade de aquisição de novos computadores, melhorar a disponibilidade dos recursos tecnológicos utilizados pelas unidades da SESAP/RN e promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à manutenção do parque computacional institucional.

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

As ações a serem executadas pela Administração anteriores a celebração de instrumento contratual são os trâmites burocráticos necessários para a promoção do certame para PREGÃO ELETRÔNICO e desenvolvimento e conclusão deste.

Em atenção ao exposto no Decreto nº 11.246, de 2022, a segregação de funções foi considerada, onde cada participante do processo desempenhou um papel específico, apresentado e publicado nas portarias e boletins anexados ao processo.

Nos termos do art. 7 Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2023, será designado a/o servidora(o), para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, a ser informado a época da formalização da contratação.

Antes da contratação, deverão ser adotada capacitação básica dos servidores responsáveis pela fiscalização;

## **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -SLTI/MPOG.

Visto que o objeto a ser contratado é composto pelo fornecimento de bens e a contratação de serviços e a fim de nortear os critérios de sustentabilidade que deverão ser observados, destaca-se o Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como, o Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

São diretrizes de sustentabilidade, a serem observadas pela CONTRATADA, entre outras:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais
- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após a realização do levantamento de mercado e análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda da Secretaria é a aquisição de kits de CPU, compostos por fonte de alimentação, placa-mãe, SSD, processador e memórias, destinados à substituição e recuperação de equipamentos existentes. No que se refere à análise de alternativas, foi considerada a possibilidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças. Contudo, tal alternativa mostrou-se menos vantajosa, tendo em vista que a Secretaria já possui contrato vigente de serviços técnicos de Tecnologia da Informação, que contempla a execução das atividades de manutenção. Dessa forma, a contratação adicional implicaria sobreposição de objetos, aumento de custos e menor eficiência administrativa. Assim, a aquisição direta dos componentes se apresenta como a solução mais econômica e operacionalmente eficiente.

A escolha da solução está devidamente justificada pela necessidade de garantir compatibilidade entre os componentes, padronização dos equipamentos e maior agilidade na manutenção, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos ativos. Ademais, a contratação em lote único mitiga riscos de incompatibilidade técnica e assegura a integridade do conjunto. Quanto à adequação legal, a solução proposta encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à vedação ao parcelamento quando o objeto constitui sistema único e integrado, bem como na observância dos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

No que diz respeito aos impactos e benefícios esperados, destacam-se: a ampliação da vida útil dos equipamentos, a redução de custos com aquisição de novos computadores, a melhoria da disponibilidade dos recursos tecnológicos, a padronização do parque computacional e a otimização dos recursos públicos. Adicionalmente, espera-se aumento no percentual de equipamentos recuperados, conforme indicadores a serem monitorados nos relatórios anuais de gestão.

Por fim, o plano de implementação prevê: (i) a formalização da contratação conforme os trâmites legais; (ii) o recebimento e conferência dos kits pela unidade competente; (iii) a realização de testes de conformidade; (iv) a instalação dos componentes nos equipamentos pela equipe técnica já contratada; e (v) o acompanhamento dos resultados por meio de indicadores de desempenho, especialmente o percentual de equipamentos reparados. A fiscalização contratual será realizada por servidor designado, garantindo o cumprimento das obrigações e a qualidade dos itens fornecidos.



Documento assinado eletronicamente por **CHANDER DE OLIVEIRA PINHEIRO, Diretor de Tecnologia da Informação**, em 03/06/2026, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA VICTORIA ANDRADE DE OLIVEIRA, Chefe da Subunidade de Planejamento e Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 03/06/2026, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41628024** e o código CRC **7CD6D047**.